



- |                            |                                    |
|----------------------------|------------------------------------|
| Maria Helena Braga         | • mhelena.braga@iqe.org.br         |
| Maria Sidalina Gouveia     | • sidalina.gouveia@iqe.org.br      |
| Cristina Luiza Garbuio     | • cristina.garbuio@iqe.org.br      |
| Maria Teresinha Figueiredo | • mteresinha.figueiredo@iqe.org.br |
| José Gayoso                | • jose.gayoso@iqe.org.br           |

## Sinergias entre os entes federativos...

### José Gayoso

Relações Institucionais IQE – Instituto Qualidade no Ensino

Por muitas vezes, quando nos deparamos com a necessidade de elucidar determinado assunto, utilizamos dados e passagens históricas para compreender as questões contemporâneas. As comparações e analogias com fatos pretéritos frequentemente têm o poder de facilitar o entendimento do presente e trazer à tona lógicas até então obscurecidas. O exercício dessa analogia, passado e presente, estabelece o vínculo que nos possibilita, mesmo que de forma sucinta neste artigo, refletir sobre a dinâmica atual da educação pública brasileira.

Neste contexto, considero o “ato adicional de 1834” o grande marco da educação pública no Brasil, primeira modificação da nossa Lei Magna, promulgada em 1824. Desse ato adicional emanaram as estruturas que hoje delimitam a atuação da educação pública, composta das três esferas administrativas: Federal, Estadual e Municipal. Por meio da reforma constitucional de 1834, o poder imperial (equivalente ao que hoje denominamos de “União”) delegou às províncias (estados) a responsabilidade pela implantação de políticas educacionais relativas ao ensino elementar e secundário (equivalente ao que hoje chamamos de ensino fundamental e ensino médio respectivamente). Motivado por uma crônica escassez de recursos financeiros à época, o poder imperial enxergou nas províncias a solução para uma dupla demanda, ou seja, endereçou à esfera provincial a incumbência pelos ciclos educacionais elementar e secundário, ao mesmo tempo em que pôde concentrar esforços no ensino superior.

Esse cenário desencadeou, a partir de 1834, o início de um processo de segmentação crescente na educação pública. Hoje o ensino médio é prioridade nos estados, enquanto os municípios direcionam a atenção para

o ensino fundamental e educação infantil (conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/1996, artigos 10º e 11º).

Os registros históricos coletados e disponibilizados em várias obras de historiadores, dentre as quais destaco a escritora Maria Luiza Marcílio em “História da escola em São Paulo e no Brasil”, comprovam o descaso secular da esfera pública para com a educação básica. Neste período, de 1834 a 1889, constata-se que planejamento escolar, continuidade de políticas educacionais, equidade nas redes de ensino, promoção da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, formação continuada em serviço do magistério e infraestrutura adequada nas escolas eram atributos que não encontravam o merecido espaço nas agendas governamentais.

As etapas de ensino elementar e secundário eram vistas como “ciclos de passagem” para o ensino superior, e não de formação do indivíduo. A função de preparar o educando para o exercício da cidadania não estava contemplada nos planos nacionais de educação e tampouco nos “projetos pedagógicos”, enquanto norteadores das ações educativas empreendidas pelas escolas. O ensino secundário praticamente inexistia naquela época, circunscrito às iniciativas pontuais de algumas províncias. O ensino “seriado” (no Brasil temos atualmente nove anos sequenciais do ensino fundamental e três anos sequenciais do ensino médio), amplamente adotado a partir da segunda metade do século XVIII por europeus e americanos, só se estabeleceu no contexto curricular brasileiro na primeira metade do século XX. Outro aspecto merecedor de registro, decorrente dessa análise, reside em uma questão intensamente debatida nos últimos anos, tanto pelo Congresso Nacional quanto por diversos setores da sociedade civil. Trata-se da “federalização”, ou seja, da concentração, na União, de todos os recursos e coordenação direta de todas as etapas educacionais, vis-à-vis a manutenção do “status quo” da estrutura atual da educação pública, segmentada nos ciclos conforme já comentado. Mais uma vez, recorrendo

ao passado, percebemos a grande influência que o ato adicional de 1834 exerce na configuração das estruturas de financiamento do ensino fundamental e ensino médio. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), instituído em 2007 por meio da Lei 11494, principal fonte de recursos da educação pública, reparte entre Estados e Municípios uma série de impostos, espelhando a segmentação de atribuições entre as esferas administrativas, cuja origem conceitual remonta a 1834.

Paralelamente, o ensino superior sempre esteve sob os auspícios da União, reforçando uma tendência verificada desde a proclamação da independência, em 1822. Aqui, para melhor dimensionar esse quadro, utilizamos um dado de fundamental importância: no ano 2000, a diferença entre o valor investido por aluno no ensino superior superava em dez vezes o valor investido por aluno no ensino básico. Hoje, passados quinze anos, essa diferença é ligeiramente inferior a quatro vezes. Avançamos muito nesse aspecto, porém temos um longo caminho a trilhar. Analisar as mazelas que assolam nossa educação, sem “olhar para o espelho retrovisor”, explica parcialmente o quadro desfavorável em que se encontram as redes públicas de ensino estaduais e municipais. Encontrar respostas, esmiuçando nossa trajetória incipiente, se comparada à longevidade dos sistemas europeus de ensino, pode gerar subsídios valiosos para a gestão pública atual. O entendimento das contradições regionais, das origens e idiosincrasias, à luz da nossa história, contribuirá sobremaneira para o estabelecimento de um diálogo mais fluido e objetivo entre os entes estaduais e municipais. A aplicação mais eficiente dos recursos, através do compartilhamento e ampliação das sinergias regionais, pode ajudar a recuperar o atraso dos nossos indicadores educacionais e, fazer despertar, mesmo que tardiamente, a conscientização da nação brasileira para o papel preponderante de uma educação pública de qualidade no desenvolvimento socioeconômico.